

Economistas advertem que dívida pública compromete estabilidade

por Alair Barbosa
do Rio

As finanças públicas no Brasil estão assumindo proporções quase incontroláveis. E isso representa uma pressão violenta sobre as taxas de juros e um risco extremamente elevado para as instituições que "carregam" posições de títulos federais financiados no curtíssimo prazo, basicamente no "overnight".

Essa foi uma postura de quase consenso entre quatro economistas convidados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) para um debate, ontem, no Rio: Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Luiz Carlos Mendonça de Barros, da Corretora Planibanc; João Luiz Mascoli, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec); e Marcelo Lara Resende, da PUC — Rio.

Rabello de Castro usou a imagem da Osfinge para definir a situação do mercado.

Na sua opinião: "ou deciframos esse enigma ou seremos devorados", e ele,



Luiz Carlos Mendonça de Barros

particularmente, está quase convencido de "que seremos devorados".

Baseando-se em dados do Banco Central (BC), Castro projetou duas situações possíveis para a execução da política monetária neste ano: numa, a dívida pública crescerá a um ritmo de 310% até dezembro, o que faria com que a base monetária aumentasse 210% neste ano; na outra situação, a dívida interna crescerá 200%, mas a base monetária explodiria para 500%.

O primeiro caso implicaria uma pressão violenta sobre os juros, mas a segunda solução embutiria uma brutal inflação para 1986. Ele acha que o governo optará, pela coluna do meio, com uma política monetária restritiva até agosto/setembro e uma folga maior a partir daí.

PERIGOS

Mendonça de Barros considera que o mercado financeiro ainda não "acordou" ante os perigos que o ameaçarão nos próximos meses. Ele considera que o governo tem escassa margem de manobra para fazer corte nos gastos públicos e poderá ver-se obrigado a se endividar ainda mais, pressionando os juros de forma assustadora.

E isso traria instabilidade ao mercado financeiro, especialmente para os depósitos em cadernetas de poupança. "Não nos podemos esquecer do que aconteceu em 1982, quando ocorreram saques maciços nos depósitos de poupança", alertou. Na sua opinião, além do "entulho autoritário" na área política, o País terá de remover o "entulho econômico-

financeiro" herdado do governo anterior, o que não será uma tarefa fácil.

Marcelo Lara Resende lembrou que políticos não cortam gastos, especialmente em vésperas de eleição. Por isso, não se pode apostar em autoridade fiscal nos próximos meses. E adicionou que os economistas e o mercado têm de estar atentos ao quadro político nacional para embasarem as suas estratégias. Ele também antevê uma elevação dos juros e considera quase impossível que o País consiga crescimento econômico sustentado com os atuais níveis de juros vigentes na economia.

João Luiz Mascoli, do Ibmec, lembrou que o País continua com problemas no balanço de pagamentos e que o cruzeiro está sobrevalorizado em relação às principais moedas do mundo, à exceção do dólar. Devido a isso, Mascoli é de opinião que o governo se verá obrigado a rever a fórmula de correção monetária tão logo haja um repique da inflação. Essa opinião, aliás, foi também manifestada por Rabello de Castro.